



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUPLEMENTO

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 20/2006:

Cria o Centro de Promoção da Agricultura, abreviadamente designado por CEPAGRI, e aprova o respectivo Estatuto Orgânico.

Decreto n.º 21/2006:

Cria o Fundo de Desenvolvimento Agrário, abreviadamente designado por FDA, e aprova o respectivo Estatuto Orgânico.

Decreto n.º 22/2006:

Cria o Instituto de Formação em Administração de Terras e Cartografia, abreviadamente designado por INFATEC, e aprova o respectivo Estatuto Orgânico.

Resolução n.º 26/2006:

Ratifica o Acordo de Crédito entre o Governo da República de Moçambique e a Associação Internacional, de Desenvolvimento (IDA), no dia 30 de Março de 2006 em Maputo, no montante de SDR 20 800 000,00 (vinte milhões e oitocentos mil), destinado ao financiamento do projecto de Formação Técnica e de Educação Vocacional.

Ministério da Ciência e Tecnologia:

Diploma Ministerial n.º 126/2006:

Cria o Conselho Científico de Energia, adiante designado por CCE.

Diploma Ministerial n.º 127/2006:

Aprova o Regulamento de Funcionamento do Conselho Científico de Energia, abreviadamente designado por CCE.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 20/2006

de 29 de Junho

Tornando-se necessária a criação de uma instituição que promova o investimento privado nas áreas de agro-negócio e agro-indústria, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. É criado o Centro de Promoção da Agricultura, abreviadamente designado por CEPAGRI, e aprovado o respectivo Estatuto Orgânico, que constitui parte integrante do presente Decreto.

Art. 2 – 1. O CEPAGRI é dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa.

2. O CEPAGRI é uma instituição subordinada ao Ministério da Agricultura.

Art. 3. É extinto o Instituto Nacional do Açúcar, abreviadamente designado por INA, criado pelo Decreto n.º 25/78, de 19 de Dezembro.

Art. 4. Os recursos humanos, materiais e financeiros afectos ao INA são integrados no CEPAGRI.

Art. 5. Compete ao Ministro da Agricultura aprovar o Regulamento Interno do CEPAGRI, no prazo de 90 dias após a publicação do presente Decreto.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 23 de Maio de 2006.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Luísa Dias Diogo*.

Estatuto Orgânico do Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI)

CAPÍTULO I

Atribuições, competências e sede

ARTIGO 1

Atribuições

São atribuições do CEPAGRI:

- a) A formulação de propostas de políticas, estratégias e prioridades de desenvolvimento do sector comercial agrícola e agro-industrial;

- b) A promoção de ligações e serviços inerentes a um processo coordenado de agro-industrialização;
- c) A promoção de oportunidades de agro-negócios, atracção e monitoria de investimentos no sector comercial agrário e agro-industrial;
- d) A promoção de programas e de serviços de apoio aos agentes económicos que actuam no sector comercial agrário e agro-industrial.

ARTIGO 2

Competências

São competências do CEPAGRI:

- a) Interagir com o sector produtivo agrário e agro-industrial podendo, por delegação, representar o Ministério da Agricultura nas respectivas instâncias de diálogo;
- b) Analisar a evolução do sector comercial agrário e agro-industrial;
- c) Promover o desenvolvimento e gestão de sistemas de informação;
- d) Mobilizar capacidades, experiências e recursos, em articulação com outras instituições, para o desenvolvimento do sector comercial agrário e agro-industrial;
- e) Recolher, analisar e divulgar informação relevante para o desenvolvimento do sector comercial agrário e agro-industrial;
- f) Emitir pareceres, em coordenação com outros sectores do Ministério da Agricultura, sobre o mérito das propostas de investimento privado no sector comercial agrário e agro-industrial, exigidos pelas autoridades competentes para a autorização de investimentos.

ARTIGO 3

Sede

1. O CEPAGRI tem a sua sede em Maputo e desenvolve a sua actividade no território nacional, através de delegações a nível local.

2. A abertura de delegações provinciais será decidida pelo Ministro da Agricultura, ouvidos o Ministério das Finanças e o Governador da Província.

CAPÍTULO II

Estrutura

ARTIGO 4

Órgãos

São órgãos do CEPAGRI:

- a) Direcção;
- b) Departamentos.

ARTIGO 5

Direcção

1. O CEPAGRI é dirigido por um Director.

2. Compete ao Director:

- a) Dirigir as actividades e o funcionamento geral do CEPAGRI;
- b) Submeter propostas de estratégias, programas e projectos;
- c) Elaborar os regulamentos internos necessários à organização e funcionamento do CEPAGRI;

- d) Controlar a arrecadação de receitas e a realização das despesas orçamentadas para o funcionamento do CEPAGRI;
- e) Elaborar o relatório anual das actividades desenvolvidas e de prestação de contas da sua gestão administrativa e financeira;
- f) Convocar e presidir as reuniões do Colectivo de Direcção;
- g) Exercer outras competências que lhe sejam conferidas por lei, bem como as que lhe forem atribuídas.

ARTIGO 6

Departamentos

O CEPAGRI integra os seguintes Departamentos:

- a) Departamento de Análise e Informação;
- b) Departamento de Agro-negócios;
- c) Departamento de Administração e Finanças.

ARTIGO 7

Departamento de Análise e Informação

São funções do Departamento de Análise e Informação:

- a) Realizar a análise necessária para sustentar a definição de políticas, estratégias e prioridades de desenvolvimento da produção comercial agrária e agro-industrial e das ligações e serviços que lhe são inerentes.
- b) Estudar as dinâmicas, tendências e padrões de desenvolvimento da produção, mercados e investimento agrário e agro-industrial em Moçambique, na África Austral e em outras regiões;
- c) Apreciar os instrumentos de política pública, a legislação, as estratégias empresariais sectoriais e acordos comerciais internacionais que afectem as dinâmicas económicas, produtivas e comerciais do sector agrário e agro-industrial;
- d) Analisar a competitividade de culturas, produtos, processos e métodos, incluindo o desenvolvimento de metodologias e modelos de estudo de competitividade e de análise de dinâmicas económicas e comerciais;
- e) Sistematizar as experiências e abordagens de trabalho no sector comercial agrário;
- f) Analisar as prioridades e oportunidades de investimento no sector comercial agrário e agro-industrial e contribuir para a sua divulgação junto dos agentes económicos e de outras instituições públicas e privadas;
- g) Promover a adopção de incentivos específicos ao investimento, bem como de obrigações do seu desempenho económico;
- h) Promover a negociação de acesso ao mercado regional e internacional.

ARTIGO 8

Departamento de Agro-negócios

São funções do Departamento de Agro-negócios:

- a) Promover a interacção entre as instituições públicas e o sector produtivo, com vista a orientar as intervenções públicas para o apoio adequado ao desenvolvimento sustentável do sector produtivo;

- b) Garantir que as estratégias e políticas públicas reflectam as dinâmicas e tendências empresariais e produtivas;
- c) Elaborar propostas de procedimentos operativos e produção de material de promoção de investimentos e facilitar a sua implementação, em coordenação com outras instituições relevantes;
- d) Promover o estabelecimento de programas de desenvolvimento de agro-negócios e de serviços de assistência ao investimento, gestão, formação e desenvolvimento empresarial;
- e) Promover o estabelecimento e desenvolvimento de organizações colectivas de produtores no sector comercial agrário e agro-industrial, e apoiá-las na sua capacitação;
- f) Avaliar as experiências, divulgar e institucionalizar as melhores práticas na área de agro-negócios;
- g) Identificar fontes, facilidades e oportunidades de financiamento para o desenvolvimento do sector comercial agrário e agro-industrial e propor soluções que permitam fortalecer a ligação entre o sistema financeiro e o investimento no sector comercial agrário e agro-industrial.

ARTIGO 9

Departamento de Administração e Finanças

São funções do Departamento de Administração e Finanças:

- a) Gerir os recursos financeiros, patrimoniais e humanos do CEPAGRI;
- b) Elaborar projectos de investimento e orçamentos necessários ao bom funcionamento do CEPAGRI, assegurando a sua correcta execução;
- c) Coordenar a elaboração do Plano Anual de Actividades e dos respectivos relatórios periódicos de implementação;
- d) Planificar e adquirir os bens e serviços para o funcionamento do CEPAGRI;
- e) Organizar e actualizar o inventário do património do CEPAGRI, garantindo a sua guarda e conservação;
- f) Garantir a conservação do arquivo de documentação escrita e informatizada;
- g) Garantir o bom funcionamento do sistema informático e assegurar a sua manutenção periódica.

CAPÍTULO III

Pessoal

ARTIGO 10

Estatuto do Pessoal

O pessoal do CEPAGRI rege-se pelo Estatuto Geral dos Funcionários do Estado.

Decreto n.º 21/2006

de 29 de Junho

Havendo necessidade de se proceder à fusão dos Fundos para o Desenvolvimento de Hidráulica Agrícola e de Fomento Agrário, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. É criado o Fundo de Desenvolvimento Agrário, abreviadamente designado por FDA, e aprovado o respectivo Estatuto Orgânico, que constitui parte integrante do presente Decreto.

Art. 2 – 1. O FDA é dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, em conformidade com o disposto no artigo 6 da Lei nº 9/2002, de 12 de Fevereiro.

2. O FDA é uma instituição tutelada pelo Ministro da Agricultura.

Art. 3. São extintos o Fundo para o Desenvolvimento de Hidráulica Agrícola e o Fundo de Fomento Agrário, criados através dos Decretos n.ºs 57/96 e 58/96, de 23 de Dezembro.

Art. 4. Os recursos humanos, materiais e financeiros afectos aos Fundos referidos no artigo anterior são integrados no FDA.

Art. 5. Compete ao Ministro da Agricultura aprovar o Regulamento Interno do FDA, no prazo de 90 dias após a publicação do presente Decreto.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 23 de Maio de 2006.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Lúsa Dias Diogo*.

Estatuto Orgânico do Fundo de Desenvolvimento Agrário

CAPÍTULO I

Atribuições, competências e sede

ARTIGO 1

Atribuições

São atribuições do FDA:

- a) O fortalecimento dos mercados de insumos e de produtos para o apoio à produção agrícola;
- b) A promoção do acesso aos serviços providos por instituições financeiras, empresas e associações e a mobilização de outros recursos para o apoio aos produtores;
- c) A promoção de parcerias entre instituições governamentais e outros intervenientes no sector agrário;
- d) A promoção de actividades que concorram para a implementação da estratégia do Governo e dos serviços públicos agrários.

ARTIGO 2

Competências

São competências do FDA:

- a) Programar a aplicação das receitas geradas pelo sector agrário e consignadas ao FDA, nos termos da lei;
- b) Garantir a afectação dos recursos financeiros em programas de desenvolvimento agrário;
- c) Apoiar o investimento do sector agrário familiar, associativo e privado;
- d) Participar no capital de sociedades de desenvolvimento e de fomento empresarial;
- e) Gerir o património do FDA.